

**CARTA ABERTA À COMUNIDADE ACADÊMICA DA UFLA**  
**(ou A importância da literatura diante da adversidade)**

Ontem, dia 24 de março de 2026, Duda Salabert – deputada federal mais votada da história de Minas Gerais – esteve no campus da Universidade Federal de Lavras, onde fez uma emocionante e importante palestra sobre o tema “A importância da Democracia diante da diversidade”. O evento teve grande repercussão e contou com a presença de uma enorme plateia, que lotou o Anfiteatro do Departamento de Biologia e obrigou a organização a migrar a palestra para o Salão de Convenções da universidade, também completamente ocupado, fazendo com que o público se acomodasse da forma como foi possível: de pé, sentado no chão, no próprio palco, na porta do salão ou revezando assento com algum colega.

Toda a palestra abordou questões inegavelmente relevantes para se pensar, de forma crítica e pragmática, a relação entre democracia e diversidade – ou como a diversidade necessita de uma democracia que realmente funcione para não ser esmagada e morta, como acontece com uma travesti/trans a cada três dias no Brasil. Uma fala, como dito acima, emocionante e altamente relevante, relevância essa que cresce por ter sido proferida em solo mineiro (região do país fortemente tradicional, como mencionado pela própria deputada logo na abertura) e brasileiro (o Brasil segue como país que mais mata pessoas trans no mundo pelo 18º ano consecutivo, como também lembrou a própria Duda).

Absolutamente tudo que foi dito na palestra era condizente com o que eu – e certamente toda a audiência ali presente que tivesse algum conhecimento sobre a palestrante – esperava de uma deputada com o histórico da Duda: política brasileira de destaque filiada ao Partido Democrático Trabalhista, professora de literatura, ambientalista e ativista. Portanto, acredito não estar sendo excessivamente otimista ao supor que as colocações da deputada que passo a comentar a seguir – e que motivaram a escrita desta Carta Aberta – tenham causado espanto e incômodo também em boa parte da audiência, especialmente naqueles que têm alguma (ou muita) proximidade/afinidade com as artes e as humanidades.

Terminada a palestra, Duda fez a seguinte colocação: “A visão do papel da universidade no Brasil é muito errada porque alguns acham que a função da universidade é criar mão de obra, e não é isso, o papel da universidade pública é acabar com a desigualdade social. Um terço dos estudantes universitários no Brasil tem algum tipo de analfabetismo funcional. E aí eu chegava na UFMG e os professores estavam discutindo ‘o olhar de Capitu... o olhar de Capitu, cara’”. E Duda retomou Bertolt Brecht, dramaturgo e poeta alemão, que já havia citado antes, para arrematar a sua colocação: “Primeiro o estômago, depois a ética”. Essa fala da deputada pode ser facilmente recuperada na Internet porque ela reproduz, quase que com as mesmas palavras, uma entrevista em vídeo dada por Duda e divulgada por ela mesma na sua rede social Instagram com o título “Reflexões sobre Universidade e desigualdade social”. Nessa entrevista, Duda acrescenta: “Tá tudo errado... Você não tá na Europa pra discutir ‘o olhar de Capitu’, o Brasil tem problemas mais sérios”. Cabe perguntar:

esse é, de fato, o melhor encaminhamento do debate quando o objetivo é defender o papel social da universidade pública e gratuita?

Uma fala como essa já seria problemática em qualquer espaço, mas ela se mostra ainda mais grave porque foi pronunciada em uma universidade pública de tradição fortemente agrária, onde as artes e as humanidades são áreas relativamente recentes e lutam diariamente para ter seu trabalho, seu mérito e seu espaço reconhecidos. Além disso, a fala pode ser facilmente cooptada por forças políticas e por gestores da educação interessados em reduzir ainda mais o espaço das artes e das humanidades no ensino superior, tornando a universidade, perversa e ironicamente, um pouco mais próxima daquilo que a própria deputada combate: uma fábrica de produção de mão de obra, isto é, uma instituição cuja visão de ensino é instrumentalista e tecnocrata.

Proponho o seguinte exercício imaginativo: eliminemos todos os cursos de artes e humanidades das universidades brasileiras. Isso garantiria (ou ao menos favoreceria) a “barriga cheia” da sociedade? Na verdade, é mais provável que ocorra o contrário e tal eliminação favoreça a manutenção de uma estrutura social brasileira que a deputada criticou na sua palestra: privilégios para quem já é privilegiado e menos acesso a quem já não tem quase acesso nenhum. Ou a deputada duvida que os filhos e filhas dos grupos mais abastados do país, que os filhos e filhas da alta elite brasileira estudam literatura, artes, filosofia e línguas estrangeiras? Nos vários colégios belo-horizontinos de elevado prestígio em que a deputada mencionou ter trabalhado ao longo dos seus mais de 15 anos de atuação como docente, literatura e filosofia não fazem parte do currículo escolar? Eu nunca atuei em escolas da rede particular, mas sei que esses componentes curriculares que “não enchem barriga” (isto é, que não têm uma aplicabilidade óbvia e imediata) estão lá, inclusive porque mesmo em escolas de ensino técnico e tecnológico da rede federal, na qual já atuei como professor da educação básica por vários anos, as aulas de literatura estão presentes. E que bom que estão, porque negar aos que não fazem parte desses grupos elitizados das escolas particulares de prestígio o acesso à discussão sobre “o olhar de Capitu” não seria retirar direitos de quem já tem tão poucos direitos reconhecidos? Se os filhos das classes historicamente privilegiadas podem dedicar tempo à análise do “olhar de Capitu”, você que me lê também pode – ou deveria poder, se assim o desejar. Se a educação superior é direito de todos (como defendeu a própria Duda, ontem e na entrevista), a literatura também é. A afirmação de que é preciso estar na Europa para se discutir literatura na universidade carrega uma dimensão excludente (exclui o estudante universitário brasileiro) e redutora (reduz a literatura a mera coadjuvante). Inclusivo e ampliador do debate sobre o papel social da universidade pública seria defender o contrário: se os europeus podem, precisamos lutar para que todos os brasileiros também possam. E de barriga cheia.

Dizer que a universidade precisa se aproximar da sociedade e que o conhecimento e os saberes construídos “aqui” precisam ser compartilhados e levados até “lá” – de modo que o “aqui e o lá” sejam gradativamente reduzidos até não fazerem mais sentido e termos, enfim, uma sociedade mais igualitária – é justo e é correto e já está sendo feito. Há alguns anos e cada vez mais as universidades públicas têm se empenhado nesse “dar as mãos” com a sociedade para a qual elas existem, a UFLA

inclusive. Outra coisa muito diferente é dizer que o conhecimento e os saberes construídos aqui, nas salas de aula da universidade pública, não deveriam existir se não servirem para melhorar as condições materiais da população, se não servirem para “matar a fome” (fome, aqui, entendida literalmente, sem metáforas literárias...). Isso é incorreto, primeiro porque todo conhecimento, de alguma forma, contribui potencialmente para a melhoria das condições materiais de uma sociedade e para reduzir a desigualdade; e segundo porque “discutir o olhar de Capitu” é discutir muito mais do que olhar de Capitu. “O que transforma o mundo não são novas leis, mas novas consciências”, afirmou ontem a deputada Duda. Pois o que está no horizonte de uma aula de literatura (de filosofia, de história, de sociologia...) não é, justamente, a transformação de consciências?

É revelador que a própria Duda, numa espécie de ato falho em sua resposta a uma das perguntas da plateia, tenha feito uma afirmação que contradiz a sua própria colocação de menosprezo à discussão do “olhar de Capitu” na universidade e que, nessa mesma resposta, a deputada tenha expressado justamente o contrário: a necessidade e a relevância de uma aula de literatura no ensino superior: “Felizmente eu aprendi, na aula de literatura no curso de Letras, que a linguagem é muito importante e que, onde a linguagem falta, restam a solidão e a violência”. Ora, discutir “o olhar de Capitu” não é discutir as múltiplas possibilidades da linguagem e colocar o/a estudante em contato com essas linguagens para que ele/ela possa pensar, ampliar e refazer a sua própria – refazendo, assim, a si mesmo/mesma? Para que ele/ela possa, pela linguagem, trabalhar a solidão (e conviver melhor com ela) e resistir às tantas formas de violência (e se proteger delas)?

Essa colocação da deputada não é recente. Apesar de ter sido dita ontem em pleno campus de uma instituição pública de ensino superior, o vídeo da entrevista mencionada acima circula na Internet desde o ano passado e, desde então, recebeu inúmeras críticas: de professores, associações educacionais e de cidadãos em geral. O que causa ainda mais espanto: após receber tantas críticas e ser confrontada com diferentes contra-argumentos, a deputada não fez a autocrítica que lhe possibilitasse identificar o equívoco de sua fala e o efeito perverso e desastroso que seu discurso veicula?

Aos meus alunos e às minhas alunas da graduação e da pós-graduação que me leem: não desanimem. Esse trecho da fala da deputada foi um erro (sim, professores de literatura também erram, às vezes erram até mesmo quando falam de... literatura). Errar é humano – as artes e as humanidades nos ensinam isso todos os dias. *Dom Casmurro* também.

**Denis Leandro Francisco**

Professor de Literatura Brasileira e Literatura Portuguesa  
do Departamento de Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Lavras